

REDE URBANA, SITUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

ST-10 Questão Metropolitana e Cidades em Rede

Ernesto Pereira Galindo

Orientador: Cláudio Egler

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFRJ (Doutorado)

Ano de início: 2016

QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA

A principal questão posta pela pesquisa seria entender a relação entre a configuração da rede urbana e a condição de vida das famílias. A partir dela uma sequência de questões se colocam. Existem padrões socioespaciais observáveis de desenvolvimento mais resilientes e sustentáveis do ponto de vista da equidade? Como as políticas públicas têm atuado e quais os seus reflexos no território e na situação social? É necessário haver categorias mais e menos vulneráveis para uma atuação efetiva? A análise de categorias de emprego e renda e da pobreza multidimensional (acesso a serviços coletivos públicos etc.) auxilia nessa investigação? Considera-se que o tema da rede urbana – tratado até hoje sob o marco da teoria dos lugares centrais (uma das três grandes teorias geográficas) – precisa ser abordado sob novos paradigmas. Acredita-se que uma nova interpretação da relação entre as concentrações urbanas com essas bases afeta o entendimento tanto das metrópoles quanto de outras hierarquias urbanas.

OBJETIVOS

O principal objetivo acadêmico-científico seria a proposição de um método de interpretação da rede urbana, sob um novo paradigma de preocupação social para além da econômica, mais adequado ao uso para formulação e aprimoramento de políticas públicas. Com base nisso será analisada a rede urbana baiana comparando as mudanças da

importância da região metropolitana da capital do estado frente à sua região de influência e às regiões metropolitanas de mesma hierarquia. Nessa construção, a contribuição teórica seria imbuída de um “espírito” histórico, revisando a apropriação das teorias locacionais no Brasil, e um “espírito” crítico ao mostrar as limitações da teoria original para tratar os impactos sociais da rede. A contribuição metodológica teria um “espírito” totalizante, ao se propor um método socioespacial e um “espírito” sistêmico, por meio da construção de um sistema de categorias de apoio. Por fim a contribuição institucional teria um “espírito” sistematizador de dados e indicadores e um pragmático para proposição de políticas.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos o tema será abordado de forma dialética. A teoria dos lugares centrais seria a tese a ser negada pela a geografia crítica como antítese “social” à abordagem econômica, culminando com a síntese como a proposta do doutorado. Parte-se da teoria dos lugares centrais de Christaller (1966 [1933]), criticada do ponto de vista paradigmático (falta de preocupação social), metodológico (premissas deterministas) e contextual (diferente meio técnico-científico-informacional). Vislumbra-se com Berry e Garrison (1958) o essencial a se aproveitar da teoria. Com Santos (2014 [1996]) percebe-se a necessidade de se construir uma teoria totalizante de cunho socioespacial. Corrêa (1989) indica a necessidade de reformulação da teoria com base em outra das grandes teorias da geografia: a teoria dos dois circuitos da economia de Milton Santos de fim da década de 1970 resumida em Santos (2014 [1996]). Nessa crítica Corrêa (1989) sugere Moreira (2014 [1985]) como um caminho via interpretação do operariado a quem soma-se aqui Haesbaert (1995 [1997]) com sua contribuição sobre des-territorialização. Considera-se que a preocupação social pode se apoiar na noção de equidade, tomando como base na pesquisa a sustentabilidade (SACHS, 2002) e resiliência (bem resumida e sistematizada por Buschbacher, 2014). O rebatimento dessa “nova” teoria e método para aplicação nas políticas públicas se vale da teoria dos agentes econômicos (diferenciando em qual deles cada política age de forma direta), da noção das viabilidades de Matus (1996) e no olhar atento às diferenciações sociais nos estratos apresentados por Souza (2017). A noção de pobreza multidimensional acompanha o trabalho ao se definir o foco nos fluxos de trabalho e de serviços básicos (saúde e educação).

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA

BERRY, B. J. L.; GARRISON, W. L. A Note on Central Place Theory and the Range of a Good. *Economic Geography*, V. 34, N. 4, Oct./58, pp. 304-311. Worcester: Clark University, 1958.

BUSCHBACHER, R. A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 9. Brasília: Ipea, 2014.

CHRISTALLER, W. Central Places in Southern Germany. BASKIN, C. W. (Trad.). Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966[1933].

CORRÊA, R. L. A Rede Urbana. São Paulo: Editora Ática, 1989.

HAESBAERT, R. Des-Territorialização e identidade. Niterói: EDUFF, 1997 [1995].

MATUS, C. Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. 2ª impressão. São Paulo: Fundap, 2007 [1996].

MOREIRA, R. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014 [1985].

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2014 [1996].

SOUZA, J. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

DIALOGO COM O TEMA DA OFICINA

O debate trazido pela pesquisa aponta para o tratamento da utopia-transformação em escalas e instituições em que a falta de preocupação social é muitas vezes suposta e implicitamente justificada pela escala não local. Nesse sentido caberia perguntar se já é suficiente apenas a construção dialética aqui proposta.

DIALOGO COM PROBLEMÁTICAS REGIONAIS E COM A DISCUSSÃO NACIONAL E/OU INTERNACIONAL

A discussão da teoria dos lugares centrais segue presente nos órgãos de planejamento e na academia mundo a fora. De mesmo modo a rede urbana é um tema abordado de formas distintas a cada escala. Pequenas, médias e grandes cidades são estudadas até hoje com essas bases, bem como são laureados economistas e geógrafos.

PRINCIPAIS IMPASSES E DIFICULDADES

O principal desafio é a conciliação de áreas do conhecimento (economia, geografia e sociologia), marcos teóricos geográficos (nova geografia e geografia crítica) e escalas distintas (regional, nacional, internacional, estadual).